



Interpelação Oral

Para promover a diversificação adequada da economia, o Governo tem envidado esforços para desenvolver as indústrias culturais e criativas, e a disponibilização de plataformas de serviços a favor das empresas desta vertente é uma componente relevante da política promotora destas indústrias. Nos últimos dois anos, o Governo subsidiou 8 plataformas de serviços locais e disponibilizou mais de uma centena de estúdios para arrendamento por parte das PME desta vertente, a fim de impulsionar ainda mais o respectivo desenvolvimento. No Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM, o Governo refere que se vai lutar pelo aumento, até 2020, do número das referidas plataformas de serviços, isto é, para chegarem a 10. No Relatório das LAG refere-se que já foi posto em prática o plano de plataformas de serviços, que contribuiu para o desenvolvimento estável das indústrias culturais e criativas. O Governo vai salvaguardar, através da devida fiscalização, a utilização racional e efectiva do erário público, e inteirar-se, ainda mais, da situação real das respectivas indústrias locais.

Mas, segundo o sector, o âmbito de fiscalização do Governo ultrapassou o de financiamento, passando a orientar a exploração das plataformas e transformando-se num verdadeiro decisor das plataformas financiadas e, embora a indústria da cultura exija políticas de apoio, esta não deve ser controlada por demasiados meios administrativos. Também percebemos que



o Governo, enquanto definidor das políticas e financiador, detém absolutamente o poder de fiscalização da utilização racional do erário público e, se as plataformas de serviços forem exploradas inadequadamente, suspeita-se de um desperdício do erário público. Portanto, é indispensável a devida fiscalização, mas os serviços públicos desconhecem realmente a exploração comercial e os respectivos métodos, e a indústria cultural exige uma grande margem de experimentação. Se o Governo apertar a fiscalização e a sua actuação pecar por falta de flexibilidade, o apoio perderá o seu significado e o objectivo de promover o desenvolvimento da indústria cultural de Macau não será alcançado, então, será impossível esta desenvolver-se.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo deve ouvir as vozes da sociedade e do sector, para saber realmente as necessidades do sector, ajustar com flexibilidade as respectivas políticas, e tomar como referência as práticas que conseguiram sucesso noutros países, por exemplo, na Coreia, o Governo desempenha um papel predominante, mas não interfere no funcionamento, apoia o desenvolvimento da indústria cultural, e deixa a plataforma funcionar por si e sobreviver no meio do mercado concorrencial, para atingir realmente o objectivo de impulsionamento do desenvolvimento do sector em causa. O Governo vai fazê-lo?



2. Nestes últimos anos, a rede de informática tornou-se uma via importante de informações ao nível da cultura e do consumo da população em diversas regiões. A ampla utilização da Internet já abrange as áreas da cultura e da diversão, e a vida quotidiana das pessoas. O Governo deve reforçar a fusão entre a Internet e a indústria cultural, criando uma plataforma de serviços na Internet. O Governo vai ponderar sobre isso?
3. O Governo deve aproveitar a estratégia “Uma Faixa, Uma Rota”, especialmente as vantagens das relações intensas entre Macau e os Países de Língua Portuguesa (PLP), para impulsionar a criação de uma plataforma de cooperação de serviços para as indústrias culturais entre a China e os PLP, por forma a expandir a indústria cultural de Macau até aos mercados das outras zonas e mercados internacionais, em prol do impulsionamento do desenvolvimento sustentável da indústria cultural de Macau. O Governo vai fazê-lo?

6 de Dezembro de 2016

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong On Kei